

## União Europeia: Entre o Papa... e o Brexit

Foi na mesma sala onde tinha sido assinado o Tratado histórico de 25 de Março de 1957, com a caneta original – «*a mesma pena*», sublinhou Jean-Claude Juncker – que foi também agora assinada uma Declaração solene. Era bem necessário este cerimonial para tentar camuflar, por um breve instante, a marcha para a desintegração da União Europeia: crise dos refugiados, tensões crescentes devidas às consequências das políticas de austeridade e das destruições organizadas, desde há muitos anos, pelas instituições europeias, e agora o Brexit – que constitui um verdadeiro salto no desconhecido para toda a União Europeia.

Em pânico, os 27 dirigentes europeus pediram – na véspera da sua Cimeira – para serem recebidos pelo Papa, no Vaticano. Este fez-lhes um verdadeiro sermão, afirmando em particular: “*A Europa reencontra a esperança na solidariedade, que é também o mais eficaz antídoto contra os populismos modernos.*” Terá sido este sermão que revigorou, momentaneamente, o Presidente da Comissão Europeia, o Sr. Juncker, que no dia seguinte abriu a Cimeira declarando que “*Roma deve marcar o início de um novo capítulo para uma Europa unida a 27*”?

Contudo, o parto da Declaração final precisou de fórceps. Com efeito, foi necessário que os dirigentes europeus dessem a volta a dois países que não queriam assinar a Declaração final: a Grécia e a Polónia.

- O governo grego do Sr. Tsipras “*está em plena negociação com os seus credores – a União Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – sobre as novas medidas de austeridade que lhes serão impostas, em troca do desbloqueio de futuros empréstimos. Estas medidas reclamadas pelos credores incluem novos cortes nas pensões de aposentação e regras mais restritivas para o direito de greve*” (AFP, 24 de Março). Apenas isto!

E como é que a Declaração resolveu este problema? “*Na negociação, garantimos que a luta contra o desemprego, contra as desigualdades e a pobreza figurariam no capítulo da Europa social, e essa era uma maneira de responder àquilo que o Sr. Tsipras desejava ver integrado no texto. Com estes elementos, não deveríamos ter dificuldades com a Grécia*”, sublinhou com cinismo uma fonte diplomática francesa.

E estas grandes generalidades – que não põem em causa, de modo nenhum, os novos cortes nas pensões e as restrições ao direito à greve – foram aceites pelo Sr. Tsipras, que assim assinou a Declaração final!

- O outro obstáculo a ultrapassar era o da Polónia. Este país – em conjunto com outros países do Leste e da Europa Central – não queria subscrever a ideia de uma Europa a “*várias velocidades*”, ideia proposta no passado dia 6 de Março por Merkel, Hollande e os chefes de governo espanhol e italiano.

Também neste caso o problema foi resolvido. Segundo a AFP, “*finalmente, a Declaração de Roma não menciona uma Europa a «várias velocidades» mas, nuance, a «ritmos diferentes»*”.

A referida passagem da Declaração de Roma é formulada assim: “*Agiremos de forma concertada, se necessário a ritmos diferentes e com uma intensidade diferente, mas*

*avançando na mesma direcção, como temos feito no passado, de acordo com os Tratados e deixando a porta aberta àqueles que desejem juntar-se a nós mais tarde.”* Portanto, existe uma Declaração comum dos 27. Estamos longe das declarações entusiastas de há alguns meses, segundo as quais esta Cimeira deveria dar um novo impulso à construção europeia. A Primeira-ministra polaca Beata Szydlo resumiu-a assim: *“A Declaração adoptada na Cimeira de Roma não está à altura das nossas ambições – a Europa pode fazer melhor – mas é um documento que, na situação política actual, é aceitável para todos e é nisso que reside o seu valor.”*

Percebe-se que, numa tal situação de desagregação, o simples facto de chegarem a um texto comum constitua já um sucesso para os chefes de Estado europeus.

Mas os verdadeiros problemas vão impor-se a partir do dia 29 de Março, com o desencadear da saída do Reino Unido da União Europeia. Vão seguir-se dois anos de negociações, tendo à cabeça, segundo a AFP, *“a conta apresentada a Londres para pagar todos os compromissos assumidos no quadro do Orçamento europeu, um valor estimado entre 55 e 60 mil milhões de euros”*.

No entanto, o Governo britânico poderia não estar disposto a pagar, provocando um cenário de negociações a descarrilar e deixando o país sem acordo. *“Para os economistas, a City ou os representantes dos industriais este seria, de longe, o pior cenário”*.

As ameaças de desintegração da UE vão tornar-se cada vez mais vivas, com as grandes multinacionais e os grandes bancos a emanciparem-se cada vez mais do mínimo constrangimento proveniente dos Estados. É assim que a AFP noticiou que *“os 20 maiores bancos europeus declaram um quarto dos seus lucros em paraísos fiscais”*, precisando: *“Os 5 maiores bancos franceses – BNP Paribas, BPCE, Crédit agricole, Crédit mutuel-CIC e Société générale – declararam 5,5 mil milhares de euros de lucros em paraísos fiscais. Em particular, quatro de entre eles estão presentes nas Ilhas Caimão, onde realizaram 174 milhões de euros de lucros, embora não tenham lá um único empregado.”*

Assim vai a putrefacção acelerada do sistema capitalista mundial, que está na base da desagregação das instituições da União Europeia.

**Daniel Shapira**